

AS DIFERENÇAS ENTRE AS CLASSIFICAÇÕES DO IFDM E IDSC-BR EM SÃO BENTO DO SAPUCAÍ ODS (11)

Bruna Fernanda Nunes do Couto (Universidade de Taubaté)

Moacir José dos Santos (Universidade de Taubaté)

Ademir Pereira dos Santos (Universidade de Taubaté)

Resumo

O desenvolvimento local de um município é marcado pelo seu desenvolvimento econômico, social e ambiental, resultando na melhora da qualidade de vida da população. Este desenvolvimento é difícil de ser quantificado sozinho, e muitas vezes é calculado, mediante índices como o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades–Brasil (IDSC-BR). A cidade de São Bento do Sapucaí, localizada na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte (RMVPLN), possui uma peculiaridade em relação a tais índices, ao possuir o 3º lugar na classificação do IDSC – BR, dentre as cidades brasileiras e o 3110º no IFDM. O objetivo deste artigo é analisar por que esta cidade, que tem o turismo como principal fonte econômica e seu principal vetor para o desenvolvimento, possui classificações com tamanha divergência em índices que buscam medir o desenvolvimento de uma cidade. O método é de caráter exploratório e abordagem qualitativa mediante fontes documentais da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e do Instituto Cidades Sustentáveis. Como resultado destaca-se a importância dos índices para o desenvolvimento local, a diferença entre seus indicadores e a utilização de muitos dados desatualizados (ou de períodos distintos entre as duas classificações) e/ou indisponíveis, o que ajuda a explicar as diferenças entre as duas classificações.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; IFDM; IDSC-BR; São Bento do Sapucaí.

Introdução

O desenvolvimento de uma localidade está relacionado ao seu desenvolvimento econômico, social e ambiental. Ao se avaliar o desenvolvimento de um município ou região, é necessário estar atento se todas as dimensões foram atendidas, quando ocorre uma mudança estrutural na qualidade de vida da população de determinada localidade (Dallabrida, 2015).

Este artigo buscará explicar a relação entre o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), e as gestões públicas municipais de municípios que possuem o turismo como vetor para o desenvolvimento local, usando o caso de São Bento do Sapucaí. Para isso se faz necessário entender a expressão desenvolvimento

local e discutir como teóricos abordam a evolução do conceito de desenvolvimento de um município. Também é preciso compreender a importância do turismo para políticas públicas de desenvolvimento local. Bem como explicar a origem do IFDM e do IDSC – BR, e a ligação do último com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

A problemática central deste trabalho e o que motivou esta pesquisa, foi o questionamento sobre como o Município de São Bento do Sapucaí pode possuir o 3º lugar na classificação do IDSC – BR, dentre os mais de 5.570 existentes no Brasil (ICS, 2024) e apenas o 3110º no IFDM (FIRJAN, 2024).

O presente trabalho se estruturará após esta introdução, com uma revisão de literatura que exemplificará por meio de autores as ideias centrais de desenvolvimento local, e principalmente as diferenças entre desenvolvimento e crescimento econômico. Esta revisão abordará também a relação entre turismo e desenvolvimento e apresentará os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, sua relação com o desenvolvimento e por fim apresentará o IDSC-BR. Posteriormente, será apresentado o IFDM e suas variáveis de análise.

Posteriormente será apresentado o método da pesquisa que compreende além da revisão de literatura, uma pesquisa de base documental com dados qualitativos, e a organização de todos os indicadores que contemplam o IDSC-BR em formato de tabelas para melhor exemplificação e exposição dos dados, que serão confrontados com os dados apresentados pelo IFDM. Ao final do artigo serão apresentados os resultados e discussões, e as conclusões finais sobre os dois índices e porque ambos apresentam classificações tão distintas.

Desenvolvimento local e turismo

O conceito de desenvolvimento local é amplamente discutido por uma diversidade de teóricos e sofreu variações ao longo dos anos. Segundo Chaves e Rodrigues (2006), até a década de 1960 a conceituação de desenvolvimento de uma localidade esteve atrelada exclusivamente ao seu crescimento econômico. Nesta época desenvolvimento local e crescimento econômico eram encarados como sinônimos. A partir dos anos 2000, quando o IDH começa a servir como o principal indicador do desenvolvimento de uma cidade, ocorreu uma desassociação das palavras “desenvolvimento” e “economia”.

Para Vieira (2019), ao caracterizar desenvolvimento local e regional, é necessário salientar as diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, uma vez que mesmo na contemporaneidade, ambas as expressões são muitas vezes compreendidas da mesma maneira. Enquanto crescimento econômico é calculado pela evolução anual do PNB ou PIB e significa aumento da capacidade produtiva da economia de determinada região, de sua força de trabalho, domínio tecnológico e a receita nacional poupada e investida. O desenvolvimento econômico é medido por mudanças na estrutura social e econômica de uma comunidade, caracterizando-se como crescimento econômico atrelado à melhoria do padrão de vida da população local. Duarte e Souza (2023), ainda ressaltam que o resultado das políticas de desenvolvimento, implicam na elaboração de medidas de incentivo e suporte ao crescimento econômico regional.

Desenvolvimento regional possui uma perspectiva multidimensional, ele é muito mais do que crescimento econômico. Pode-se sistematizar os elementos que o compõem, como: dimensão econômica, dimensão social, dimensão cultural, dimensão institucional, dimensão natural e dimensão humana (Dallabrida, 2020).

Duarte e Souza (2023) ainda destacam que, o desenvolvimento local tem como objetivo primário a construção da cidadania e de parcerias em prol da coletividade de uma cidade. Para isso, políticas públicas são essenciais. O desenvolvimento local de uma cidade está intrinsecamente ligado às suas políticas públicas, já que mediante tais políticas, a gestão municipal conseguirá convênios e subsídios em prol do desenvolvimento local. Políticas públicas devem criar oportunidades para o crescimento econômico, social e ambiental de determinada região, para que se caracterize seu desenvolvimento

Segundo Condesso (2011), uma das principais formas de desenvolvimento de uma cidade ou região é o turismo. Esta atividade econômica, possui potencial para o desenvolvimento local e regional principalmente pelo impacto que representa nas esferas: econômicas e socioambientais.

O Ministério do Turismo brasileiro, conceitua turismo como:

Conjunto de atividades realizadas por pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos do seu habitat natural por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios e outros. (MTUR, 2018, p. 32).

O histórico do turismo contemporâneo remonta ao século XIX, quando mediante ao aumento da tecnologia, a evolução dos meios de transporte, as viagens se tornaram mais baratas e seguras. Trabalhadores, com longas jornadas e vivendo em cidades com cada vez menos contato com a natureza, começaram a desejar um período longe de seus afazeres. Criando, uma grande busca por estadias em lugares exóticos, com paisagens naturais, atividades culturais ou algo que suscitasse o diverso. Permitindo assim a expansão do turismo (Oliveira, 2001).

A perspectiva de desenvolvimento socioeconômico, mediante o turismo corresponde a consolidação desse setor da economia. No ano de 2023, segundo o Relatório de Impacto Econômico, produzido pelo WTTC (2023) previsão para o setor do turismo, era que este arrecadasse o equivalente a 7,8% do PIB nacional. Sendo esperado, que apenas o setor do turismo e suas mais de 50 cadeias econômicas, fossem responsáveis pela geração e manutenção de 7,9 milhões de postos de trabalho e 752,3 bilhões de reais.

Condesso (2011), destaca como o turismo é um impulsionador econômico e pode gerar uma série de melhorias à infraestrutura dos municípios, impactando a vida dos moradores locais, quando alinhado às políticas públicas e parcerias com a gestão pública municipal e agentes locais.

O turismo, têm grande potencial para geração de emprego e renda, e pode gerar rentabilidade financeira principalmente em municípios de pequeno e médio porte, caso administrado de forma eficaz (WTTC, 2023). Ele é capaz de contribuir com a qualidade de vida da população e com a preservação de seu patrimônio socioambiental. Ao não visar exclusivamente a acumulação econômica de poucos, impacta no desenvolvimento local (MTUR, 2018).

ODS e os Índices de desenvolvimento municipal: IDSC-BR e IFDM

No dia 15 de setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), composta por 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) definiu metas mundiais, como parte de um esforço supranacional em prol de levar o planeta para a um caminho sustentável e mais igualitário. Essas metas ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou ODS. Elas foram estabelecidas como parte da Agenda 2030, para o fim da pobreza, fome e mudanças climáticas, assim como a defesa da paz, a educação universal de qualidade, a

equidade para mulheres e grupos minoritários, e o desenvolvimento sustentável (ONU Brasil, 2015).

Os ODS, se dividem em quatro dimensões principais, são elas: social, ambiental, econômica e institucional. Eles defendem que é necessário levar o mundo a um caminho sustentável mediante transformações sistêmicas. Assim, foram definidos 17 objetivos e 169 metas, a serem atingidos até 2030. Abaixo na figura 1, é possível observar os ODS.

Figura 1: ODS



Fonte: ONU Brasil, 2015

Os ODS contemplam ações nas áreas socioambientais e econômicas, todas buscando o desenvolvimento das cidades e regiões. Os países são responsáveis por implementar e adaptar os ODS às suas realidades nacionais e regionais, além de fazerem parcerias público privadas para atingirem cada uma das 169 metas. O acompanhamento do progresso dos ODS é realizado mediante o "Alto Painel de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", que produz relatórios anuais sobre o progresso global em relação às metas (ONU Brasil, 2015).

O Brasil está comprometido com a Agenda 2030, e busca contribuir com projetos que promovem ações de planejamento e governança, além de possibilitar parcerias entre, órgãos públicos e Organizações Não Governamentais (ONGs),

Universidades nacionais e internacionais e instituições privadas (ONU Brasil, 2015).

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC - BR) é uma iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis, no âmbito do Programa Cidades Sustentáveis, em parceria com o Sustainable Development Solutions Network (SDSN), apoio do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e financiamento do Projeto CITinova. Seu objetivo é oferecer ferramentas para que cidades possam medir seu desempenho segundo os ODS da ONU, e assim permitir uma série de análises à nível municipal (ICS, 2024).

A metodologia do IDSC-BR foi elaborada pela rede SDSN, esta iniciativa nasceu dentro da própria ONU para sintetizar e agrupar conhecimentos técnicos e científicos da academia, da sociedade civil e do setor privado. Ela possui 40 redes, sendo elas nacionais e regionais (duas delas estão no Brasil, uma nacional e outra local, dedicada à Amazônia). A SDSN já desenvolve índices para diversos países e cidades do mundo. O IDSC faz parte de uma série de relatórios produzidos pela rede com o objetivo de acompanhar a implementação dos ODS nos Estados-membros da ONU (ICS, 2024).

O IDSC-BR pretende orientar a ação política da gestão municipal, ao definir referências e metas com base em indicadores e facilitar o monitoramento dos ODS em nível local. Existe no IDSC-BR, um índice para cada objetivo e outro para o conjunto dos 17 ODS, de modo que seja possível avaliar os progressos e desafios dos municípios brasileiros para o cumprimento da Agenda 2030. O índice contempla 5.570 municípios brasileiros, usando os dados mais atualizados disponíveis em fontes públicas e oficiais do Brasil. Ao todo, o índice é composto por 100 indicadores, referentes às várias áreas de atuação da administração pública (ICS, 2024).

Sobre a metodologia do índice vale ressaltar que sua pontuação é atribuída no intervalo entre 0 e 100, sendo 100 um desempenho ótimo. Os 17 ODS são ponderados igualmente, usando a média aritmética de todos os indicadores daquele ODS. A média dessas pontuações produz o resultado expresso pelo índice. As cidades podem receber a classificação de “muito alto” com pontuação de 100 a 80, “alto” com pontuação de 60 a 79,99, “médio” com pontuação de 50 a 59,99, “baixo” com pontuação de 40 a 49,99 e “muito baixo” com pontuação de 0 a 39,99 (ICS, 2024).

Já o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), é um estudo do Sistema FIRJAN que anualmente acompanha o desenvolvimento socioeconômico de

todos os municípios brasileiros em três dimensões, sendo elas: Emprego/Renda, Educação e Saúde. Ele foi criado em 2008, e utiliza exclusivamente estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde (FIRJAN, 2024).

Figura 2: IFDM - Variáveis

IFDM		
Emprego&Renda	Educação	Saúde
• Geração de emprego formal • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego	• Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas-aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental Fonte: Ministério da Educação	• Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB) Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: FIRJAN, 2018

A metodologia do IFDM contempla 15 variáveis das 3 dimensões, na figura 2 acima está representado um quadro síntese destas variáveis. O índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: “baixo” (de 0 a 0,4), “regular” (0,4 a 0,6), “moderado” (de 0,6 a 0,8) e “alto” (0,8 a 1) desenvolvimento (FIRJAN, 2018).

Ambos os índices buscam analisar o desenvolvimento de municípios brasileiros, mas utilizam métodos de sistematização das informações e fontes documentais distintas.

Metodologia

O método utilizado para este artigo é de caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa. Ele compreende uma revisão bibliográfica, com a busca em base de dados científicos como o Scopus e o portal de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), de textos de

referência ao tema proposto e a leitura crítica de cada um deles. Posteriormente iniciou-se uma pesquisa de base documental, mediante o recolhimento de dados qualitativos em portais oficiais da FIRJAN e do Instituto Cidades Sustentáveis, além de dados da Prefeitura de São Bento do Sapucaí.

Foi formulada mediante dados do Instituto Cidades Sustentáveis, cinco tabelas sínteses contendo todos os 100 indicadores analisados para a obtenção da nota do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC - BR), que resulta na classificação de 3º lugar da cidade. Estes indicadores estão divididos entre 17 ODS, e possuem notas de 0 a 100. Nas tabelas foram respeitadas as cores utilizadas pelo programa onde: “muito alto” compreende a verde escuro, “alto” verde claro, “médio” amarelo, “baixo” laranja e “muito baixo” vermelho.

Os indicadores também recebem uma classificação, sendo a mais alta a que atinge um “limiar verde” que varia para cada um dos indicadores, quanto mais próximo for o valor de referência desse “limiar verde” mais alta vai ser sua nota de classificação, assim como quanto mais distante o indicador estiver do “limiar verde” menor será sua nota de classificação. Esta classificação vai de “Indicador melhor que a referência” que corresponde a uma nota “alta” e leva a cor verde claro, passando por “há desafios” que corresponde a uma nota “média” e leva a cor amarela, “há desafios significativos” que corresponde a uma nota “baixa” e leva a cor laranja, até “há grandes desafios” que corresponde a uma nota “muito baixa” e leva a cor vermelha.

Depois de organizados esses dados foram comparados ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), onde a cidade ocupa a 3110ª posição, considerando as 3 dimensões do índice, que possuem notas distintas. A classificação da FIRJAN vai de 0 a 1, sendo 0 a menor nota possível e 1 a nota considerada ótima, elas são divididas em: “alto desenvolvimento” (superiores a 0,8 pontos), “desenvolvimento moderado” (entre 0,6 e 0,8 pontos), “desenvolvimento regular” (entre 0,4 e 0,6 pontos) e “baixo desenvolvimento” (inferiores a 0,4 pontos).

Resultados e Discussão

O município de São Bento do Sapucaí, fundado em 1832, possui muitos atrativos naturais, sendo o de mais destaque o MONA (monumento natural) Pedra do Baú que está inserido em meio à Mata Atlântica. Ele abriga em seu interior a Pedra

do Baú, uma rocha, com 1.950 metros de altitude, que dá o nome à Unidade de Conservação. Ele faz parte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte (RMVPLN), uma das nove Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo. E têm no turismo 70% da renda municipal, sendo este um dos principais vetores de desenvolvimento local da comunidade Sambentista (São Bento do Sapucaí, 2023).

Segundo o último censo do IBGE (2022), São Bento do Sapucaí possui 11.674 habitantes e uma extensão territorial de 250,66 km², resultando em uma densidade demográfica de 46,22 habitantes por quilômetro quadrado, considerado média para região. São Bento possui o turismo como fonte de renda primária, e busca mediante seus atrativos naturais, eventos culturais e gastronômicos, e rotas de turismo rural, de aventura, entre outras, o desenvolvimento local.

Para a leitura crítica e compressão das informações destas tabelas é importante salientar que o IDSC – BR de São Bento do Sapucaí, possui a pontuação geral de 63,12. Esta pontuação garante ao município uma classificação de nível de desenvolvimento sustentável “alto” e uma classificação geral de 3º lugar dentre as 5570 cidades estudadas, e diz respeito ao ano de 2023, mas utiliza dados de 2010 a 2023 e possui indicadores com informações indisponíveis.

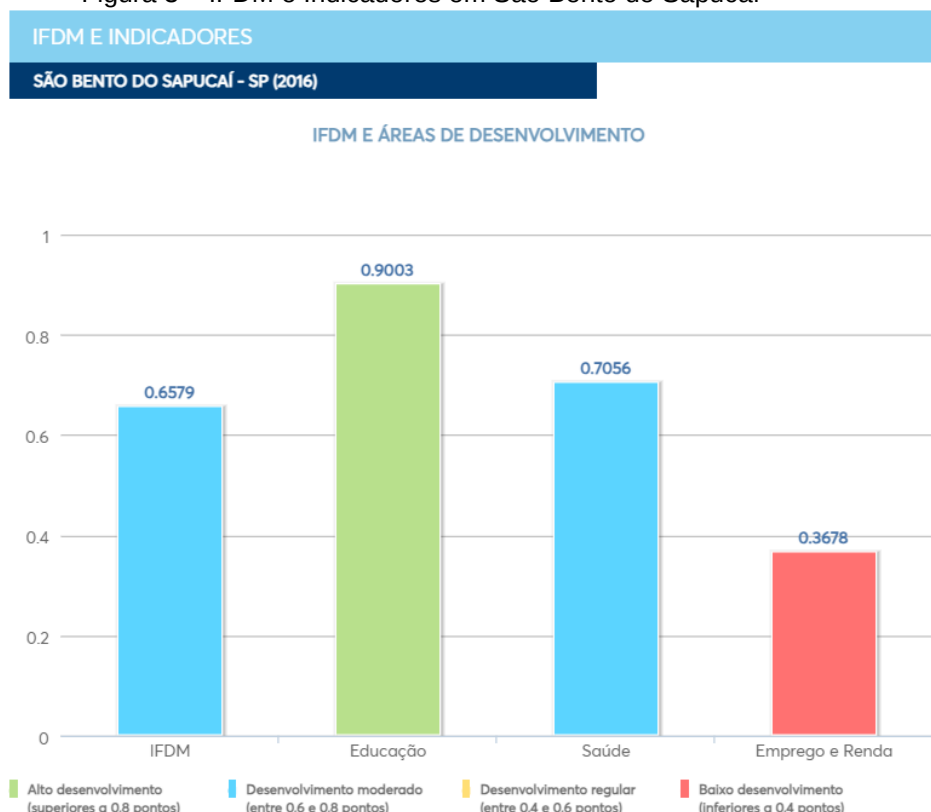
O IFDM do município possui nota geral de 0.6579. Esta pontuação confere a ele a classificação de “desenvolvimento moderado” e uma classificação geral de 3110º, e tem 2018 como ano base, utilizando dados de 2016. Ambos os índices utilizam das mesmas fontes primárias de dados, sendo elas: Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde.

Em relação ao IFDM, a nota de classificação do município está próxima a mediana nacional que é de 0,6743. São Bento do Sapucaí faz parte da porcentagem de 37,598% municípios com notas de 0,6 a 0,7 (FIRJAN, 2024). Já no IDSC-BR, a pontuação média brasileira é 46,8 pontos e São Bento do Sapucaí faz parte do seletor grupo dos 10 municípios com maior índice de desenvolvimento sustentável (ICS, 2024).

Abaixo a figura 3 contempla o IFDM consolidado de São Bento do Sapucaí e o IFDM das 3 áreas de desenvolvimento que o compõem, sendo elas: Educação 0,9003, Saúde 0,7056 e Emprego e renda 0,3678. Destaca-se a diferença entre dois componentes do índice: Educação possui um “alto desenvolvimento”, enquanto

Emprego e renda possui um “baixo desenvolvimento”. Apenas o componente Saúde, possui um “desenvolvimento moderado” similar ao IFDM consolidado da cidade.

Figura 3 – IFDM e Indicadores em São Bento do Sapucaí



Fonte: 7: FIRJAN, 2024

A tabela 1 contempla os indicadores que compõem a nota do IDSC-BR de São Bento do Sapucaí das ODS 1, 2 e 3. Destaca-se em relação aos indicadores contemplados por estas tabelas que o ODS 1 “erradicar a pobreza” possui uma das 3 piores classificações entre os 17 ODS, sendo classificado como “baixo” e possuindo indicadores classificados como “muito baixo”. Da mesma maneira que o campo “emprego e renda” do IFDM possui a classificação de “baixo desenvolvimento”. Como a cidade possui o turismo como fonte primária de trabalho e renda e os indicadores de ambos os índices consideram trabalhos formais, isso pode ter influenciado nas notas baixas deste campo em ambos os índices. É notório também que o ODS 3 “Saúde de qualidade” possua classificação “alta”, mesmo possuindo 5 dos 17 indicadores com “informações indisponíveis” e apenas 4 destes indicadores com classificação “alta”.

Tabela 1 – IDSC-BR em São Bento do Sapucaí

IDSC- BR EM SÃO BENTO DO SAPUCAÍ				
ODS	CLASSIFICAÇÃO NO IDSC	INDICADORES	CLASSIFICAÇÃO DO INDICADOR	FONTE (ANO)
1 - Erradicar a pobreza	Baixo	Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais	Baixo	Ministério da Cidadania(2022)
		Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	Muito baixo	Atlas Brasil (2023)
		Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	Muito baixo	Atlas Brasil (2023)
		Pessoas com renda de até 1/4 do salário mínimo	Alto	Atlas Brasil (2010)
2 - Erradicar a fome	Médio	Obesidade infantil	Alto	DataSUS (2019)
		Baixo peso ao nascer	Médio	DataSUS (2021)
		Desnutrição infantil	Alto	SISVAN (2021)
		Produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF	Muito baixo	IBGE/Censo Agropecuário (2017)
		Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	Baixo	IBGE/Censo Agropecuário (2017)
3 - Saúde de qualidade	Alto	Cobertura vacinal	Médio	DataSUS (2022)
		Mortalidade por suicídio	Muito baixo	DataSUS (2021)
		Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano)	Informações indisponíveis	
		Mortalidade materna	Informações indisponíveis	
		Mortalidade na infância	Alto	DataSUS (2021)
		Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias)	Informações indisponíveis	
		Mortalidade por Aids	Informações indisponíveis	
		Incidência de dengue	Informações indisponíveis	
		Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	Médio	DataSUS (2021)
		Orçamento municipal para a saúde	Baixo	DataSUS (2021)
		População atendida por equipes de saúde da família	Alto	DataSUS (2023)
		Deteção de hepatite ABC	Alto	DataSUS (2020)
		Pré-natal insuficiente	Médio	DataSUS (2021)
		Unidades Básicas de Saúde	Alto	DataSUS (2022)
		Esperança de vida ao nascer	Médio	PNUD/IPEA (2010)
		Gravidez na adolescência	Médio	DataSUS (2021)
		Incidência de tuberculose	Médio	DataSUS (2022)

Fonte: ICS, 2024. Organizado pela autora

A tabela 2 contempla os indicadores que compõem a nota do IDSC-BR de São Bento do Sapucaí das ODS 4 e 5. Destaca-se em relação aos indicadores contemplados que muitas informações estão desatualizadas e utilizam informação do censo de 2010 (IBGE), mesmo fazendo parte da classificação de 2023, pela falta de informações mais recentes. A ODS 4, neste índice possui uma classificação “média”, enquanto no IFDM o campo “educação” possui a classificação de “alto desenvolvimento”. O ODS 5 possui um dos piores indicadores da cidade, destacando-se o indicador “taxa de feminicídio” que apresenta uma média dentro do “limiar verde”.

Tabela 2 – IDSC-BR em São Bento do Sapucaí

IDSC- BR EM SÃO BENTO DO SAPUCAÍ				
ODS	CLASSIFICAÇÃO NO IDSC	INDICADORES	CLASSIFICAÇÃO DO INDICADOR	FONTE (ANO)
4 - Educação de qualidade	Médio	Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio, na rede pública	Médio	INEP/Censo Escolar (2022)
		Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	Muito baixo	INEP/Censo Escolar (2018)
		Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado	Médio	INEP/Censo Escolar (2022)
		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais	Informações indisponíveis	
		Índice de Desenvolvimento da Educação	Médio	MEC/IDEB (2021)
		Jovens com ensino médio concluído até os 19 anos de idade	Muito baixo	IBGE/Censo Demográfico (2010)
		Professores com formação em nível superior - Educação Infantil - rede pública	Alto	INEP/Censo Escolar (2020)
		Professores com formação em nível superior - Ensino Fundamental - rede pública	Alto	INEP/Censo Escolar (2020)
		Prova Brasil - Língua portuguesa - Anos Finais do Ensino Fundamental - rede municipal	Informações indisponíveis	
		Prova Brasil - Língua portuguesa - Anos	Alto	MEC/IDEB (2021)
		Prova Brasil - Matemática - Anos Finais do Ensino Fundamental - rede municipal	Informações indisponíveis	
		Prova Brasil - Matemática - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - rede municipal	Alto	MEC/IDEB (2021)
		Razão entre o número de alunos e professores na pré-escola	Baixo	INEP/Censo Escolar (2022)
		Razão entre o número de alunos e professores no ensino fundamental	Médio	INEP/Censo Escolar (2022)
		Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental - rede pública	Alto	INEP/Censo Escolar (2022)
		Analfabetismo na população com 15 anos ou mais	Médio	IBGE/Censo Demográfico (2010)
		Centros culturais, casas e espaços de cultura	Alto	IBGE/MUNIC (2018)
		Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	Médio	IBGE/Censo Demográfico (2010)
5 - Igualdade de gênero	Baixo	Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham	Médio	IBGE/Censo Demográfico (2010)
		Presença de vereadoras na Câmara Municipal	Muito baixo	TSE (2020)
		Desigualdade de salário por sexo	Baixo	IBGE/Censo Demográfico (2010)
		Diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham	Muito baixo	IBGE/Censo Demográfico (2010)
		Taxa de feminicídio	Alto	DataSUS (2021)

Fonte: ICS, 2024. Organizado pela autora

A tabela 3 contempla os indicadores que compõem a nota do IDSC-BR de São Bento do Sapucaí das ODS 6, 7, 8 e 9. Destaca-se em relação aos indicadores contemplados a classificação do ODS 6 “Água potável e saneamento” como “alto”, uma vez que dos 5 indicadores apresentados, apenas 1 possui esta classificação. Segundo dados do censo de 2010 do IBGE apenas 64,7 % da população da cidade possuía esgotamento sanitário adequado.

O ODS 8 “Trabalho digno e crescimento econômico” possui classificação “médio” e utiliza de indicadores próximos aos considerados no campo “emprego e

renda” do IFDM possui que classificação de “baixo desenvolvimento”, assim como o ODS 1. É notório que o ODS com a maior classificação seja a 9 “Indústria, inovação e infraestruturas”, mesmo a cidade possuindo 70% da renda ligada ao setor de turismo (São Bento do Sapucaí, 2023). Este ODS possui apenas 2 indicadores, um sem informações disponíveis e outro que se relaciona, aos empregos formais da cidade, que segundo o município são falhos ao não considerarem autônomos e parte da população que trabalha sem carteira assinada, principalmente no setor do turismo. O ODS de número 9 ajuda a inflar a nota da cidade, o que juntamente a outros fatores ajuda a explicar a diferença na classificação dos índices.

Tabela 3 – IDSC-BR em São Bento do Sapucaí

IDSC- BR EM SÃO BENTO DO SAPUCAÍ				
ODS	CLASSIFICAÇÃO NO IDSC	INDICADORES	CLASSIFICAÇÃO DO INDICADOR	FONTE (ANO)
6 - Água potável e saneamento	Alto	Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	Informações indisponíveis	
		Perda de água tratada na distribuição	Médio	SNIS (2021)
		População total atendida com abastecimento de água	Médio	SNIS (2021)
		População atendida com esgotamento sanitário	Baixo	SNIS (2021)
		Índice de tratamento de esgoto	Alto	SNIS (2021)
7 - Energias renováveis e acessíveis	Alto	Domicílios com acesso à energia elétrica	Alto	IBGE/Censo Demográfico (2010)
		Vulnerabilidade Energética	Médio	AdaptaBrasil (2017)
8 - Trabalho digno e crescimento econômico	Médio	População ocupada entre 10 e 17 anos	Baixo	IBGE/Censo Demográfico (2010)
		PIB per capita	Muito baixo	IBGE/PIB dos municípios (2020)
		Desemprego	Médio	IBGE/Censo Demográfico (2010)
		Desemprego de jovens	Médio	IBGE/Censo Demográfico (2010)
		Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham	Médio	IBGE/Censo Demográfico (2010)
		Ocupação das pessoas com 16 anos de idade ou mais	Médio	IBGE/Censo Demográfico (2010)
9 - Indústria, inovação e infraestruturas	Muito alto	Investimento público em infraestrutura urbana por habitante	Informações indisponíveis	
		Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	Alto	RAIS (2021)

Fonte: ICS, 2024. Organizado pela autora

A tabela 4 contempla os indicadores que compõem a nota do IDSC-BR de São Bento do Sapucaí das ODS 10, 11 e 12. Destaca-se em relação aos indicadores

contemplados que a mostra da classificação dos indicadores, diverge muito a classificação dos ODS como “alto”. Destes o mais divergente é o ODS 10 “reduzir as desigualdades”, apenas 30% dos indicadores apresentados apresentam classificação “alta”, sendo 60% dos indicadores classificados como “baixo” ou “muito baixo”. Essas inconsistências entre a classificação dos indicadores e a classificação do ODS que é contabilizada para obtenção da média geral do IDSC-BR, também pode ajudar a explicar por que possui uma classificação dentre as cidades brasileiras tão distante da apresentada do IFDM.

Tabela 4 – IDSC-BR em São Bento do Sapucaí

IDSC- BR EM SÃO BENTO DO SAPUCAÍ				
ODS	CLASSIFICAÇÃO NO IDSC	INDICADORES	CLASSIFICAÇÃO DO INDICADOR	FONTE (ANO)
10 - Reduzir as Desigualdades	Alto	Razão mortalidade infantil	Informações indisponíveis	
		Razão Gravidez na Adolescência	Alto	DataSUS/SINASC (2021)
		Taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental	Baixo	INEP/Censo Escolar (2020)
		Taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental	Muito baixo	Censo Escolar (2020)
		Risco relativo de homicídios	Alto	DataSUS (2019)
		Violência contra a população LGBTQI+	Muito baixo	DataSUS/Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (2021)
		Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	Alto	IBGE/Aglomerados Subnormais (2019)
		Razão do rendimento médio real	Baixo	IBGE/Censo Demográfico (2010)
		Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	Muito baixo	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010)
		Coefficiente de Gini	Muito baixo	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010)
11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	Alto	Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	Médio	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010)
		Mortes no trânsito	Informações indisponíveis	
		População residente em aglomerados subnormais	Alto	IBGE/Censo Demográfico (2010)
		Domicílios em favelas	Alto	IBGE/Aglomerados Subnormais (2019)
		Equipamentos esportivos	Médio	IBGE/MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais (2018)
		Percentual da população negra em assentamentos subnormais	Informações indisponíveis	
12 - Produção e Consumo Sustentáveis	Alto	Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	Alto	SNIS (2021)
		Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	Baixo	SNIS (2021)
		População atendida com coleta seletiva	Alto	SNIS (2021)

Fonte: ICS, 2024. Organizado pela autora

A tabela 5 contempla os indicadores que compõem a nota do IDSC-BR de São Bento do Sapucaí das ODS 13,14,15,16 e 17. Destaca-se que muitos dos indicadores dos ODS 13,14,15 possuem classificações “alta” ou “média”, o que indica um comprometimento dos habitantes e da gestão municipal com a conservação da fauna e da flora. Ainda existem muitos desafios, e indicadores preocupantes como o “emissões de CO² e per capita” e a “taxa de área florestadas e naturais”, principalmente pelo município possuir uma grande Unidade de conservação. A classificação “alta” em tópicos de sustentabilidade ambiental também pode ter contribuído para diferença entre o IDSC-BR e o IFDM, já que o IFDM não abarca variáveis socioambientais.

Tabela 5 – IDSC-BR em São Bento do Sapucaí

IDSC- BR EM SÃO BENTO DO SAPUCAÍ				
ODS	CLASSIFICAÇÃO NO IDSC	INDICADORES	CLASSIFICAÇÃO DO INDICADOR	FONTE (ANO)
13 - Ação climática	Alto	Emissões de CO ₂ e per capita	Muito baixo	Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG)/Observatório do Clima (OC) (2019)
		Concentração de focos de calor	Alto	Atlas Brasil (2017)
		Proporção de estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres naturais	Médio	IBGE/MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais (2020)
		Percentual do município desflorestado	Médio	MapBiomas (2019)
14 - Proteger a vida marinha	Alto	Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	Médio	Atlas Esgotos/SNIRH/ANA (2013)
15 - Proteger a vida terrestre	Alto	Taxa de áreas florestadas e naturais	Muito baixo	MapBiomas (2020)
		Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	Alto	Ministério do Meio Ambiente (2018)
		Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	Alto	IBGE/MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais (2020)
		Homicídio juvenil masculino	Alto	DataSUS/SIM (2021)
16 - Paz, justiça e instituições eficazes	Alto	Mortes por agressão	Alto	DataSUS/SIM/Óbitos por causas externas (2021)
		Mortes por armas de fogo	Informações indisponíveis	
		Taxa de homicídio	Alto	DataSUS/SIM/Óbitos por causas externas (2021)
		Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	Alto	IBGE/MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais (2019)
		Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	Baixo	IBGE/MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais (2019)
		Grau de estruturação das políticas de transparência	Médio	IBGE/MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais (2019)
17 - Parcerias para a implementação dos objetivos	Muito baixo	Investimento público	Muito baixo	SICONFI (2021)
		Total de receitas municipais arrecadadas	Médio	SICONFI (2021)

Fonte: ICS, 2024. Organizado pela autora

O ODS 17 “Parcerias para implementação dos objetivos” é o que possui a menor classificação dentre todos os ODS. E é uma crítica ao investimento público disponibilizado para o desenvolvimento local, o que suscita por parte da gestão municipal mais parcerias com a comunidade, outros órgãos do poder público estadual e federal. Além de mais parcerias entre instituições públicas e privadas, principalmente do setor do turismo. O turismo pode contribuir com o desenvolvimento local desde que alinhado a políticas públicas de qualidade.

Considerações finais

Classificações como o IDSC-BR e o IFDM são muito importantes para gestões municipais. Mediante os dados apresentados por estes índices é possível garantir um olhar mais atento a variáveis e indicadores com dados exclusivos das cidades, o que permite soluções e proposições de políticas públicas mais certas e personalizadas segundo as principais carências de cada localidade.

No caso de São Bento do Sapucaí, que possui o turismo como principal vetor para o desenvolvimento local, tais índices precisam ser analisados com uma lupa que considere a importância desta atividade para cidade e seu impacto em muitas das variáveis e indicadores apresentados.

Ficou claro que ambos os índices possuem falhas e pontos positivos, e a diferença entre as duas classificações se deve a muitos fatores. O IFDM não contempla em suas variáveis aspectos ambientais, onde no IDSC a cidade de São Bento do Sapucaí possui classificações altas, o que ajudam a elevar os números desse índice. O IDSC também conta com alguns dados desatualizados e indicadores com informações indisponíveis o que não contribuem para assertividade do índice.

Pode-se afirmar que ambas as classificações são relevantes para gestão pública da cidade. É preciso atenção ao avaliar cada a classificação de cada uma das variáveis ou indicadores apresentados, para uma maior assertividade ao analisar cada um dos índices.

Para posteriores trabalhos que tratem da temática fica o incentivo à criação de uma nova tabela síntese quando o censo demográfico do IBGE de 2022 for publicado na íntegra e os índices do IFDM e IDSC forem atualizados. Desta forma será possível analisar a evolução da cidade, e o impacto que dados atualizados terão em ambas as classificações.

Referências

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo**, Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, N. 13, p. 99-106, Mata Grosso do Sul, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/inter/a/q73Gw5W9hfPRZZPCtYYJJBP/?format=pdf&lang=pt>

CONDESSO, Fernando. **Desenvolvimento rural, patrimônio e turismo**. Cuadernos de desarrollo rural, v. 8, n. 66, p. 197-222, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/117/11718604008.pdf>>

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais**. Desenvolvimento em Questão, v. 18, n. 52, p. 12-32, 2020.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Territory Planning and Management: the theory debate in Brazil and a prospect of practice according to theoretical contributions on Territorial Governance**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 11, n. 4, 2015.

DUARTE, C. A. A. D; SOUZA, E. J. **Políticas públicas e desenvolvimento regional e local**, Revista FT, n. 119, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/politicas-publicas-e-desenvolvimento-regional-e-local/>

FIRJAN, **IFDM 2018 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://publicacoes.firjan.org.br/ifdm2018/2/>

FIRJAN, **IFDM - São Bento do Sapucaí**. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado>. Acesso em: 6 abr 2024

ICS. **IDSC – BR**. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3548609/>. Acesso em: 6 abr 2024

IBGE. **São Bento do Sapucaí**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-bento-do-sapucaai/panorama>>. Acesso em: 6 abr. 2024.

MTUR, **Glossário do turismo: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos – 1ª edição**. Brasília, 2018. Turismo. 2. Glossário. Disponível em: <https://www.each.usp.br/turismo/livros/glossario_do_turismo_MTUR.pdf>

ONU Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas em Brasil**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 6 abr. 2024.

OLIVEIRA, A.P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. São Paulo: Atlas, 2001.

SÃO BENTO DO SAPUCAÍ, 2ª revisão do Plano Diretor de Turismo, São Bento do Sapucaí, 2023.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e política de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX.** (Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica) Faculdade de Filosofia e Letras Humanas da Universidade de São Paulo, 2009. São Paulo.

WTTC, **Turismo será responsável por quase 8 milhões de empregos e 7,8% do PIB do Brasil em 2023**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2023/05/gastos-de-estrangeiros-no-brasil-crescem-14-7-em-abril>. Acesso em 20 de março de 2024